

## RELEVÂNCIA DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

MACHADO, CARLA ROSANE GARRET<sup>1</sup>; RAZEIRA, MAURÍCIO BERNDT<sup>2</sup>;  
PEREIRA, FLÁVIO MEDEIROS<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Escola Superior de Educação Física – Universidade Federal de Pelotas –  
[calicarosane@gmail.com](mailto:calicarosane@gmail.com)

<sup>2</sup>Escola Superior de Educação Física – Universidade Federal de Pelotas –  
[mauriciorazeira@hotmail.com](mailto:mauriciorazeira@hotmail.com)

<sup>3</sup>Escola Superior de Educação Física – Universidade Federal de Pelotas – [flaper@terra.com.br](mailto:flaper@terra.com.br)

### 1. INTRODUÇÃO

Sabe-se do constante questionamento do universo acadêmico com relação à formação inicial, dadas lacunas perceptíveis no que se refere à efetiva interação entre os saberes disciplinares e os campos de atuação profissional, da difícil relação entre teoria e prática, sendo na maioria das vezes, o aluno o principal responsável por tal articulação, buscando sozinho relacionar os conteúdos apreendidos com a sua prática pedagógica e/ou profissional.

Quanto à formação de professores, de acordo com CARREIRO DA COSTA (2009, p.1), os governos, ao longo das últimas décadas, tem buscado intervir de maneira mais ativa, com o objetivo de melhorar o sistema educativo, incentivados pela necessidade de elevar seus padrões de ensino e de melhorar suas posições no quadro da economia mundial. Visto que, nos discursos e promessas governamentais, desempenham importante papel na qualificação da educação nacional e, porque não, na salvação de diversas mazelas sociais, econômicas e culturais do país. Assim, a partir da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) e da Lei nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), o estado brasileiro, através de órgãos vinculados ao Ministério da Educação, tem procurado intervir na qualificação docente através dos cursos de formação, em especial com as resoluções do Conselho Nacional de Educação.

Neste contexto, a legislação para as licenciaturas, vem incluindo novos componentes curriculares, dentre os quais destacamos as 200 horas de atividades acadêmico-científico-culturais, conforme o artigo 1º, § IV, da Resolução CNE/CP 2 (2002) também denominadas Atividades Complementares.

As Atividades Complementares devem ser ofertadas em caráter obrigatório nos cursos de graduação, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso e com carga horária destinada à integralização dos currículos, definida na matriz curricular. A regulamentação destes componentes fica por conta das Instituições de Ensino Superior e devem ser descritas nos projetos pedagógicos dos cursos.

Em um cenário em que a qualidade na formação tem sido medida de acordo com a capacidade de inserção no mercado de trabalho, em que, de acordo com CUNHA E PINTO (2009, p.575), “Espera-se que o estudante egresso da universidade apresente as condições básicas para o exercício profissional e as habilidades intelectuais e emocionais fundamentais para continuar aprendendo por toda a vida”, deseja-se, neste recorte, descrever a relevância de novos componentes curriculares como as Atividades Complementares para a formação do professor de Educação Física, sob o ponto de vista dos coordenadores dos cursos.

## 2. METODOLOGIA

A presente produção decorre da dissertação de mestrado em desenvolvimento no âmbito do Programa de Mestrado em Educação Física da Universidade Federal de Pelotas.

Este estudo, de caráter descritivo-exploratório, abordado através de método predominantemente qualitativo, procede à análise da relevância das Atividades Complementares na formação do professor de Educação Física, na visão dos professores coordenadores dos cursos de licenciatura em Educação Física.

A amostra da pesquisa foi composta por 03 professores coordenadores dos cursos de licenciatura em Educação Física das Universidades Federais do Rio Grande do Sul. Os procedimentos para a coleta de dados ocorreram de maio a agosto de 2013 e tiveram como base a utilização de entrevista semiestruturada, com questões relativas à problemática norteadora do estudo. Os dados foram coletados pela própria pesquisadora junto aos coordenadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Fundação Universidade do Rio Grande e Universidade Federal de Pelotas.

Quanto aos aspectos éticos, esse estudo foi submetido e aprovado pelo comitê de ética da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas, sob o parecer de nº 266.945, todos os participantes receberam e assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido que continha os objetivos da pesquisa e autorizaram a utilização dos dados para fins de pesquisa.

Para análise dos dados obtidos utilizou-se a análise de conteúdo de forma sintética. “O mesmo tem como pressuposto fundamental categorizar, visando identificar (ou construir) estruturas para a elaboração de modelos” (CORTES, 1998, p. 29).

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os coordenadores de curso, quando questionados sobre a relevância das Atividades Complementares para a formação dos professores de Educação Física, eles pontuaram questões tais como: a importância destas atividades no currículo para a formação profissional; a flexibilidade dos alunos dentro do currículo; a possibilidade de ampliar competências; e a possibilidade de ampliar a formação para além da sala de aula. A questão da formação profissional foi colocada com bastante ênfase por três coordenadores:

[...] então todas as iniciativas que vem de algum tempo, de colocar o sujeito mais próximo do real da atividade profissional são extremamente importantes. Lembro uma diretriz específica, disciplinas que tem carga horária teórica, que tem que ter domínio do conteúdo teórico e uma carga prática para “embarrar o pé” no campo da atividade profissional. (coordenador A);

[...] Essa Atividades Complementares e a possibilidade de se tornar parte da formação inicial e do currículo tem que servir para ajudar a problematizar saberes da formação profissional, se houver uma relação das AC, por exemplo, muito mais vinculadas à lógica do trabalho, acho que desvirtua da lógica da complementaridade do saber e desloca para uma complementaridade laboral. Acho que as Atividades Complementares tem que ter esse caráter de complementar os saberes do currículo. (coordenador A);

[...] acho que poderíamos falar das diferentes possibilidades da Educação Física acontecer no campo profissional. (coordenador B);

[...] Então eu vejo como bastante importante esse componente curricular. Ao participar de projeto de extensão, ações de atividades como Monitorias, Bolsas de iniciação científica, refletir de uma conscientização, de um conhecimento daquele que será um futuro profissional de Educação Física, no caso da licenciatura, atuando na educação básica, dentro de suas possibilidades, mas também dos seus interesses, vão buscar sedimentar alguns conhecimentos que vão de encontro ao futuro profissional. (coordenador C).

Com relação à questão de ampliar competências e ampliar a formação, os coordenadores, colocaram:

[...] eu acho que essas Atividades Complementares tem que construir competências e habilidades para trabalhar. A formação quanto mais diversificada deveria ser mais interessante. As Atividades Complementares podem contribuir para ampliar as competências. Ampliar a formação. (coordenador A);

[...] A presença delas na formação do currículo não só pela possibilidade de mobilidade, mas incentivo à participação em eventos científicos o que de outra maneira não sei se a gente conseguiria atingir, pois se não fosse obrigatório, talvez não fizessem. Pois temos uma tradição do aluno da Educação Física ter uma expectativa, pensar em um curso que seja muito prático. (coordenador B)

[...] acho que é uma forma de possibilitar, pelo menos exigir dos alunos, dentro da sua grade, da sua formação, experiências fora da sala de aula que são fundamentais para uma formação mais ampliada, então este estímulo de participação em atividades se torna fundamental e cumpre com esse papel. (coordenador C).

Quanto à flexibilidade dentro do currículo, os coordenadores colocaram:

[...] objetivamente essas atividades são aquelas que têm possibilitado uma mobilidade dos acadêmicos na composição do currículo do curso, já que a legislação não dá conta de tudo. (coordenador B)

[...] a importância principal que eu as valorizo por o aluno poder traçar seus próprios caminhos. (coordenador B)

[...] dentro de suas possibilidades, mas também dos seus interesses vão buscar sedimentar conhecimentos...(coordenador C)

Os depoimentos revelam que a relevância das Atividades Complementares para a formação do professor de Educação Física está ligada à possibilidade de dialogar com o campo profissional; também da possibilidade do aluno movimentar-se por dentro do currículo, fazendo suas próprias escolhas, dentro daquilo que está regulamentado nos projetos pedagógicos dos cursos. Poderíamos pensar que as disciplinas optativas são uma opção, porém não podemos esquecer, do caráter complementar das atividades em questão.

Ainda, conforme os depoimentos, foi colocado que as Atividades Complementares são importantes como possibilidade de problematização dos saberes da formação inicial, trabalhados nas diversas disciplinas, o que nos leva a crer na potencial possibilidade de trabalhar a tríade ensino, pesquisa e extensão.

#### 4. CONCLUSÕES

Faz-se necessário destacar que as constatações feitas até aqui são incipientes para uma análise mais aprofundada do assunto. Por tratar-se de recorte de estudo em andamento em que outras variáveis deverão ser analisadas em conjunto, ainda assim, é possível acenar que a presença das Atividades Complementares nos currículos de licenciatura em Educação Física são relevantes para a formação do professor. Dessa forma, indo de encontro com as hipóteses formuladas de que a implementação de componentes como as Atividades Complementares possa complementar os currículos dos cursos de formação, contribuindo para a ampliação das experiências dos professores enquanto acadêmicos, diante da possibilidade de participar de eventos científicos, monitorias, ações de caráter cultural, projetos de ensino, assim, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem para além da sala de aula, proporcionando-lhes, através da participação, a introspecção de ferramentas necessárias para a reflexão a cerca da profissão docente, a fim de que, egressos, possam dar conta da demanda de trabalho nas escolas.

No entanto, não pode-se deixar de considerar o que representa, quantitativamente, a carga horária das Atividades Complementares nos currículos, ou seja, menos de 10% da carga horária total para a formação, o que remete a dizer que estas atividades vêm apenas a complementar o currículo, dessa forma, não podendo ser a solução para todos os problemas.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 02, 19 de fevereiro de 2002. **Institui a duração e a carga horária dos cursos de Licenciatura, de graduação plena, de formação de professores de educação básica em nível superior.** Brasília, DF, 19 Fev. 2002. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seeesp/arquivos/pdf/res2\\_2.pdf](http://portal.mec.gov.br/seeesp/arquivos/pdf/res2_2.pdf) Acessado em: 15 ago. de 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 13 mai. 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de diretrizes e bases da educação nacional – LDBN.** Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm) Acesso em: 09 abr. 2012.

CARREIRO DA COSTA, F. **La Gestión del Currículo a través de Competências: Um Enfoque desde el Contexto Português.** Tándem. Didáctica de la Educación Física, 29, 8-27, 2009.

CORTES, S. M. V. Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. In: **NEVES, C. E. B. e CORRÊA, M. B. (Org.) Cadernos de Sociologia. V. 9. Pesquisa social empírica: métodos e técnicas.** Porto Alegre: PPGS/UFRGS, p.11-47, 1998.

CUNHA, M.I; PINTO, M.M. Qualidade e educação superior no Brasil e o desafio da inclusão social na perspectiva epistemológica. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, V. 90, nº 226, set/dez 2009, p. 571-591.